



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Credenciada pelo Decreto Estadual nº 7.344 de 27.05.1998

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 32/2007

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Estadual nº 7.176/97, publicada no D.O.E. de 11 de setembro de 1997, combinada com o Artigo 8º do Decreto Estadual nº 7.329/98 publicado no D.O.E. de 08 de maio de 1998 - Regulamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, considerando o parecer favorável da Câmara de Graduação, na sessão realizada no dia 06 de julho de 2007, conforme os autos do Processo 304327,

RESOLVE:

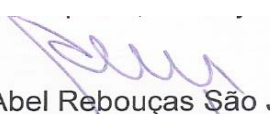
Art. 1º - Homologar *ad referendum* do Conselho Pleno, a inclusão das disciplinas optativas, no Currículo Pleno do Curso de Direito do Campus de Vitória da Conquista, conforme discriminado abaixo:

DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	CREDITAÇÃO (T,P,E)
Direito Autoral e Propriedade Industrial	Sem Pré-Requisito	30 h	(2,0,0)
EMENTA: O homem e as criações técnicas. Novidade, Originalidade e Utilidade. A criação intelectual, artística e literária. Direitos do autor e direitos conexos, Invenções Industriais. Modelos de utilidade e desenhos Industriais. Formas e Conteúdos. Marcas e Patentes. Critérios distintivos. Registro. Obtenção. Procedimento. Reflexos Jurídicos. O Inventor técnico, seus direitos e deveres. Instrumentos de Proteção Legal e Administrativos da Propriedade Industrial. Proteção Internacional.			

DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	CREDITAÇÃO (T,P,E)
Direito Penitenciário	Sem Pré-Requisito	30 h	(2,0,0)
EMENTA: Teorias de fundamentação dos direitos humanos. Direito Internacional dos Direitos Humanos. A positivação dos direitos Humanos. Direitos Humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto Internacional de direitos Cívicos e Políticos. Direitos Humanos no âmbito do Conselho da Europa. Direitos Humanos na Legislação brasileira. Direito e Legislação internacional em matéria penitenciária. Regras Mínimas da ONU para tratamento dos presos. Legislação convenção contra Tortura. Legislação penitenciária brasileira. Legislação penitenciária latino-americana. Legislação penitenciária na União Européia. Situação atual das instituições penitenciárias.			

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativa a partir do II período Letivo de 2006.

Vitória da Conquista, 19 de julho de 2007.


Abel Rebouças São José
Presidente do CONSEPE